

1 **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL**

3
4
5 **ATA DA DÉCIMA SEGUNDA**
6 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
7 **CONSELHO ESTADUAL DE**
8 **POLÍTICA CULTURAL**
9

10
11 Nos dias 19 e 20 de Maio do ano de dois mil e quinze, em Belo Horizonte/MG, no Plenário do
12 Edifício Gerais, na Cidade Administrativa Tancredo Neves, realizou-se a presente reunião que foi
13 aberta pelo Presidente, o Secretário de Estado de Cultura Angelo Oswaldo. O Secretário iniciou a
14 reunião saudando os presentes e apresentando um breve panorama da situação da Cultura no
15 Estado de Minas Gerais, além de expor os planos do Governo para a Secretaria de Estado de
16 Cultura (SEC). Em seguida, o Secretário Adjunto Bernardo Novais da Mata Machado fez a leitura
17 da pauta dos dois dias de reunião e repassou a palavra ao Secretário Angelo, que pediu aos
18 conselheiros que se apresentassem. As apresentações foram feitas de forma breve e foi passada a
19 palavra aos dirigentes dos órgãos e superintendências vinculados à Secretária de Estado de
20 Cultura. Os superintendentes, João Batista Miguel, da Superintendência de Interiorização e Ação
21 Cultural; Lucas Guimaraens, da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário;
22 Vilma Santos, do Arquivo Público Mineiro e Andrea Matos da Superintendência de Museus e
23 Artes Visuais, juntamente com Gilvan Rodrigues, Diretor de Marketing, Intercâmbio e Projetos
24 Culturais da Fundação Clóvis Salgado; Michele Abreu Arroyo, Presidente do Instituto Estadual de
25 Patrimônio Artístico e Cultural de Minas Gerais; Júlia Amélia Mitraud, Presidente da Fundação de
26 Arte de Ouro Preto; Israel do Vale Neto, Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa;
27 Marcu Antônio Gonçalves Filho, Diretor de Manutenção do Departamento Estadual de
28 Telecomunicações de Minas Gerais, além de Elias Santos; Diretor de Programação e Sérgio Nigri
29 Diretor Comercial, ambos da Rádio Inconfidência, apresentaram os pontos críticos e as principais
30 perspectivas para as unidades que representam.

31 A reunião da tarde do dia 19 foi aberta pelo Secretário Adjunto, Bernardo Novais, que ressaltou
32 que a convocação de qualquer dirigente da Secretaria de Cultura pode ser realizada a qualquer
33 momento, a fim de se aprofundar os assuntos discutidos pela manhã. Após a abertura, a Secretaria
34 Executiva do Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC) realizou breve apresentação dos
35 procedimentos referentes à concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas. Em seguida,
36 foram iniciadas as discussões acerca do Sistema Estadual de Cultura, que tiveram como primeiro
37 ponto os mecanismos de fomento e incentivo à produção cultural (Lei Estadual de Incentivo à
38 Cultura (LEIC) e Fundo Estadual de Cultura). O Superintendente de Fomento e Incentivo à
39 Cultura, Felipe Amado, apresentou o novo mapa desenvolvido pela Secretaria de Estado de
40 Planejamento e Gestão (SEPLAG) que divide o Estado de Minas Gerais em 17 Territórios de
41 Desenvolvimento. Em seguida, Felipe destacou a necessidade de se regionalizar as políticas
42 públicas da área de cultura, sinalizando que esta é uma diretriz da nova gestão. A representante da
43 SEPLAG, Lígia Maria Alves Pereira sugeriu que na próxima Reunião Ordinária sejam
44 apresentadas a metodologia de realização dos Fóruns Regionais, bem como o detalhamento da
45 nova divisão territorial. O Superintendente de Fomento e Incentivo apresentou os três últimos
46 editais da Lei Estadual de Incentivo publicados pela SEC, explicitando a concentração da captação
47 de recursos na região Metropolitana do Estado. Foi apresentando também o valor do Fundo
48 Estadual, o qual possuía no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015 o montante
49 previsto de R\$ 472.000,00. A aprovação da LOA de 2015 já obteve ganho de R\$ 5.000.000,00.
50 Além disso, destacou-se que o compromisso do Governo é o de que o Edital do Fundo Estadual
51 publicado em 2015 contemple o financiamento de projetos com um teto de aproximadamente R\$

52 7.500.000,00 e que as regiões do Estado sejam contempladas de maneira mais igualitária. Foi feito
53 o pedido de indicações para a composição da Câmara Setorial Paritária, responsável por prestar
54 assessoramento na seleção dos Projetos enviados para financiamento pelos recursos do Fundo
55 Estadual. Há previsão de publicação do edital do Fundo Estadual de Cultura ainda no primeiro
56 semestre de 2015. Paulo Morais levantou a possibilidade de que os agentes da Sociedade Civil
57 possam ser multiplicadores das capacitações para captação e Felipe disse que a ideia é pertinente e
58 que este pode ser um ponto trabalhado pela Secretaria de Cultura. Rubem levantou que é difícil
59 para os moradores do interior do Estado fazerem parte da Câmara Setorial Paritária, o que pode
60 gerar distorções, uma vez que, apesar de residirem na capital, os membros participarão da seleção
61 de projetos do interior. Felipe se comprometeu a verificar a possibilidade de se conceder diárias de
62 viagem para os membros desta Câmara, o que pode viabilizar a participação da população que
63 reside no interior. Foram apresentados os valores de captação por regional, o que exemplifica e
64 ilustra a distorção regional citada. Outro dado levado ao Plenário diz respeito à concentração dos
65 recursos em função das empresas incentivadoras, uma vez que 85% do valor do incentivo fiscal foi
66 concedido a 25 empresas. A expectativa é a de que os recursos disponíveis para 2016 sejam
67 totalmente captados em 2015. Foram apresentadas as propostas de alteração na Legislação, que
68 tem como objetivo conter o esgotamento prematuro dos recursos que vem ocorrendo desde 2014.
69 Frederico Furtado perguntou se há alguma possibilidade de antecipação da captação dos recursos
70 previstos para 2016 e levantou a questão da aplicação dos recursos da contrapartida da LEIC no
71 Fundo Estadual. Aníbal questionou os presentes acerca da possibilidade de ampliação do teto da
72 Lei, o que segundo ele, pode ser uma solução para os problemas levantados. O Secretário Bernardo
73 pediu que Felipe retomasse a apresentação, uma vez que muitos dos questionamentos levantados
74 seriam respondidos ao decorrer da mesma. O Superintendente expôs as propostas de alteração na
75 Lei de Incentivo e no Fundo consolidadas pela SEC, sendo elas: vinculação dos recursos da
76 contrapartida da LEIC ao Fundo, limitação do período de captação de recursos ao exercício fiscal
77 no qual ocorreu aprovação do projeto, exigência de edital público para incentivadores acima de R\$
78 1.000.000,00, limitação dos incentivadores até certo patamar de renúncia fiscal, ampliação do teto
79 da renúncia, criação de uma contrapartida diferenciada para os projetos de “cultura cidadã, criação
80 de contrapartidas regionalizadas, limitação do limite de aprovação de projetos em até 25% acima
81 do valor disponibilizados pela Secretaria de Estado de Fazenda. Foi relatado que todas estas
82 propostas estão sendo estudadas a fundo, a fim de verificar a viabilidade da aplicação de cada uma
83 delas. Tarcísio Pinto se posicionou contra o limite de valor para aprovação dos projetos, citando
84 que a diminuição da contrapartida para 5% tornou quase impossível a existência de um passivo não
85 captado. Felipe Amado respondeu que a contrapartida retorna para 20% em dezembro de 2016.
86 Foram lidas também as propostas do Plano Estadual de Cultura que tocam na questão do incentivo
87 fiscal. Rubem apontou que a métrica utilizada para medir a cultura é desfavorável, uma vez que os
88 valores são simbólicos e os indicadores existentes muitas vezes não conseguem capturá-los. O
89 conselheiro citou a ausência de medidas compensatórias para equilibrar a redução da contrapartida
90 da LEIC e que a questão da concentração das incentivadoras é, em sua opinião, a maior distorção
91 que deriva da legislação. Segundo Rubem, há duas grandes tarefas a serem enfrentadas pela SEC
92 que são no curto prazo, garantir a existência e no longo prazo, possibilitar que aos grupos e
93 entidades culturais um futuro sustentável. Ainda nesta fala, foi apontada a necessidade de que os
94 recursos do Fundo Estadual sejam maiores do que as da renúncia fiscal do ICMS e de se alterar a
95 forma com que a cultura é percebida tanto pelos gestores públicos quanto pela sociedade civil.
96 Segundo Rubem, a cultura deve ser vista enquanto fornecedora de desenvolvimento econômico e
97 humano. Tarcísio Pinto relatou a sua dificuldade em captar os recursos aprovados e a sua
98 preocupação com a concentração das empresas, principalmente devido ao critério mercadológico
99 adotado por algumas delas. Tarcísio levantou ainda que a legislação do Fundo, ao permitir que o
100 repasse seja feito somente para entidades, dificulta a captação por parte dos produtores culturais
101 que atuam como pessoa física.

102 Paulo Morais levantou a questão da vinculação de percentual da Receita Corrente Líquida (RCL)
103 ao Fundo Estadual de Cultura. Frederico Furtado disse que o grande problema de LEIC é que a
104 mesma se tornou um “âncora mercadológico”, vez que as empresas negociam os projetos de
105 acordo com o mercado contemplado pelas proposições e sugeriu que o edital seja diluído ao longo
106 do ano, além da categorização dos projetos, especialmente os de grande porte. Frederico citou
107 ainda a necessidade de que sejam criados canais de comunicação entre o Conselho e a sociedade
108 civil mais efetivos e dinâmicos. Felipe Amado comentou que as devoluções são destinadas ao
109 Fundo, a importância de algumas questões, como denúncias serem levadas ao conhecimento do
110 Conselho e que tentou-se no último edital criar mecanismos com o objetivo de favorecer a
111 desconcentração das financiadoras; Sula Mavrudis questionou qual é a possibilidade de o período
112 de submissão de projetos se tornar contínuo, o que Felipe respondeu que tem sido pensado e
113 avaliado pela Secretaria. Aníbal citou a proposição de se estabelecer um limite máximo e mínimo
114 de captação por segmento, o que também poderia favorecer a descentralização, além da
115 necessidade de se construir canais de intersectorialidade e transversalidade cultural, com o objetivo
116 de aproximar as pautas levantadas pelo Conselho das discussões e políticas públicas desenvolvidas
117 nas Secretarias de Estado. Aníbal ressaltou também a importância da participação dos
118 Conselheiros representantes do Poder Público nas reuniões do Conselho. O Secretário Adjunto de
119 Cultura Bernardo evidenciou a necessidade de ser estudada uma reforma da Lei de Incentivo,
120 esclarecendo que foi obtido consenso em torno desta ideia. Bernardo citou que há duas
121 possibilidades de revisão da legislação que aborda o tema, seja através da Lei do Sistema Estadual
122 de Cultura ou de uma legislação específica que estabeleça novas regras para os instrumentos que
123 compõem a LEIC. Foi citado que a Lei do Sistema é mais complexa, uma vez que a mesma
124 envolve diversos componentes que extrapolam a questão do financiamento, exigindo maior
125 trabalho da Secretaria, o que diante, da urgência de se resolver a situação atual, inviabilize que as
126 alterações sejam realizadas a partir deste mecanismo. O Secretário comentou as resistências
127 internas, impostas pelas Secretarias de Planejamento e Fazenda, o que dificulta, entre outros
128 aspectos, a vinculação de recursos ao Fundo Estadual. O argumento é o de que a vinculação de
129 recursos engessa a execução orçamentária e dificulta a implantação do Programa de Governo.
130 Outro ponto questionado por estas áreas é a transformação da contrapartida da renúncia em
131 recursos para o Fundo, uma vez que tal manobra impacta no superávit fiscal. Levantou-se ainda a
132 urgência de se resolver estas questões devido à conjuntura nacional, e que o excesso de regras na
133 Lei Estadual de Cultura, faz com que o mercado gere subterfúgios e estratégias para fugir das
134 imposições legais. Foi solicitada a criação de um grupo de trabalho para que os membros do
135 CONSEC, juntamente com os técnicos da SEC possam pensar alternativas para a Lei, além do
136 levantamento da possibilidade de se realizar parcerias com o Governo Federal, a fim de atenuar os
137 impactos da crise fiscal e econômica.

138 A reunião da manhã do dia 20 foi aberta pelo Secretário Adjunto de Estado de Cultura, que saudou
139 o Presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e os
140 assessores desta mesma comissão. Foram citados os pontos de pauta da manhã: Plano Estadual de
141 Cultura (PEC) e Conferência Estadual de Cultura. Tatiana Nonato, técnica da SEC que
142 acompanhou o processo de elaboração do plano foi convidada para apresentar o andamento do
143 projeto de lei. Bernardo citou que os assuntos referentes ao Sistema Nacional de Cultura serão a
144 partir de agora responsabilidade da servidora Cesária Macedo. Tatiana fez um breve histórico do
145 processo de elaboração do Plano, ressaltando a participação da sociedade civil através do
146 CONSEC e da Câmara Regional Consultiva, extraída da última Conferência Estadual de Cultura.
147 A elaboração do PEC se deu em três fases: caracterização da cultura, prognóstico e elaboração do
148 documento final, que gerou o projeto de lei (PL). No final do ano passado, na última reunião do
149 CONSEC, foi informado que o Plano não poderia ser encaminhado para a ALMG ainda em 2014,
150 uma vez que a SEPLAG emitiu parecer contrário ao projeto de lei e não havia mais tempo hábil
151 para proceder às correções necessárias. Foram feitas reuniões com a SEPLAG para se buscar a
152 melhor redação técnica, sem fugir da essência do Plano. Foi solicitado também um parecer à

153 Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), que já foi encaminhado ao Secretário para despacho. O
154 processo de alterações de redação com a SEPLAG está sendo finalizado e, com posse do parecer
155 favorável somado ao da SEF, o Projeto pode ser encaminhado para a Secretaria de Estado de Casa
156 Civil. Havia a intenção de se realizar uma consulta pública, que pode ser substituída pelos Fóruns
157 Técnicos organizados pela Assembleia. Bernardo ressaltou que os projetos devem ser aprovados
158 pela SEF e SEPLAG, órgãos responsáveis pelo cálculo do impacto financeiro e orçamentário das
159 propostas. Há um decreto que estabelece que a SEC deve ouvir ainda outras Secretarias, além da
160 SEF e da SEPLAG, sendo que já existem pareceres favoráveis da Secretarias de Estado de
161 Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Turismo e
162 Desenvolvimento Econômico, além da Fundação Clóvis Salgado, Rádio Inconfidência, Rede
163 Minas, Universidade Estadual de Minas Gerais e Fundação de Arte de Ouro Preto. O Deputado
164 Bosco, representante titular da Assembleia no CONSEC e Presidente da Comissão de Cultura foi
165 convidado a falar. O Deputado iniciou a apresentação agradecendo a presença dos consultores da
166 Comissão de Cultura e ressaltando que o intuito desta comissão é estabelecer uma parceria com
167 todos os órgãos que desenvolvem atividades na área cultural. A apresentação tem como objetivos
168 apresentar o Fórum Técnico e as metas da Comissão de Cultura composta, além do Deputado
169 Bosco pelos Deputados titulares: Cristina Corrêa, Ione Pinheiro, Thiago Cota e Vander Borges e
170 pelos suplentes: Jean Freire, Elismar Prado, Arley Santiago, Glaycon Franco e Arlete Magalhães.
171 Os trabalhos deste grupo tem se baseado, de forma sintetizada, na estruturação dos Sistemas de
172 Cultura, nas discussões do Plano Estadual de Cultura que serão realizadas no Fórum Técnico e na
173 reestruturação dos Programas da área cultural no momento da elaboração do PPAG. O Deputado
174 ressaltou a necessidade de o PEC ser enviado à ALMG para que a Comissão possa seguir com os
175 trâmites para a sua aprovação. Espera-se que o PEC seja aprovado antes da elaboração do PPAG,
176 de forma a assegurar que as propostas sejam contempladas no orçamento. Caso isso não ocorra
177 poderão ser criadas janelas orçamentárias que serão alteradas na revisão do PPAG, em 2016. Está
178 previsto ainda, no artigo 5º da Lei 20.694, uma revisão na LEIC que deve ocorrer no ano que vem
179 e a ALMG já está se preparando para realizar tal procedimento. O Deputado ressaltou a
180 necessidade de se retomar as discussões acerca do patrimônio cultural de Minas Gerais, citando
181 que a Comissão de Cultura está entre os pilares considerados prioritários pela atual gestão na
182 Assembleia. Foram apresentadas as ferramentas institucionais utilizados para a realização de
183 debates com a sociedade civil em assuntos de interesse público ou no momento da tramitação de
184 projetos de lei. O Fórum Técnico, que tem como objetivo realizar discussões acerca de um assunto
185 ou política pública específica é o mecanismo mais adequado para a realização dos debates sobre o
186 Plano Estadual e já teve a realização aprovada, aguardando apenas o envio do projeto de Lei. O
187 Fórum Técnico é dividido em várias etapas para que ocorra a interiorização das discussões. Serão
188 realizadas reuniões no interior do Estado que discutirão a proposta original. Será aberto espaço
189 para o envio de propostas por segmentos culturais e membros da sociedade civil e durante os
190 encontros nas regionais serão votadas as propostas que serão encaminhadas para a discussão final e
191 para a consolidação do texto. Em seguida o Projeto é enviado para a Plenária e poderá ainda ser
192 emendado de acordo com proposições levantadas pelos mesmos. Haverá ainda a análise do texto
193 final com as proposições já incorporadas ao documento. Ricardo Moreira, responsável pela
194 organização do Fórum Técnico na ALMG, acrescentou que a metodologia é bem aproximada da
195 utilizada nas Conferências, apesar de possuir um escopo reduzido. Bosco finalizou a sua fala
196 citando que a Cultura deve ser reconhecida como política pública de Estado. O Secretário Adjunto
197 ressaltou as ferramentas criadas pela ALMG para aperfeiçoar o processo legislativo, destacando a
198 complementação entre as instâncias participativa e representativa da democracia. Bernardo
199 informou que o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) contemplou pela primeira
200 vez a Cultura enquanto ponto específico. Foi passada a palavra aos conselheiros e Rubem iniciou a
201 discussão destacando o avanço estratégico vivenciado na área da cultura, além de questionar quais
202 são os apontamentos feitos pela SEPLAG no Plano. Bernardo informou que a conversa com a
203 SEPLAG ainda não foi finalizada, mas que as matérias que geraram questionamentos são as que

204 estabelecem vinculações ao orçamento. Ele informou ainda que a SEC não concorda em abandonar
205 nenhuma proposta, mas que será proposta à SEPLAG e à SEF uma alteração de texto, na qual a
206 Secretaria de Cultura se propõe a realizar estudos acerca da viabilidade das propostas apresentadas.
207 A conselheira Márcia Betânia parabenizou o trabalho da Comissão de Cultura, ressaltou a
208 preocupação com a regionalização do Plano e pediu que as ações de difusão das audiências
209 extrapolem os canais formais de comunicação, a fim de se fortalecer os mecanismos de
210 mobilização e garantir a participação efetiva da sociedade civil. Márcia disse que espera receber
211 um diagnóstico situacional do Governo para que os conselheiros possam contribuir e sugerir
212 soluções e ressaltou que, em sua opinião, devem ser melhor discutidos os diferentes aspectos da
213 educação patrimonial, inclusive sugerindo a abordagem do assunto no momento da realização do
214 Fórum Técnico. Betânia solicitou ainda, que seja criado um grupo com vistas a estudar a questão
215 da certificação de competências dos trabalhadores da área da cultura. Bernardo Novais ressaltou
216 que apenas o Estado da Bahia possui Plano Estadual de Cultura aprovado pelo legislativo. Maria
217 Andrada reafirmou a necessidade de se discutir a educação patrimonial e que este caminho deve
218 ser realizado através da Secretaria de Educação, reforçando o pedido para que as questões
219 patrimoniais sejam contempladas nas discussões. Bernardo levantou que a questão da educação
220 patrimonial deve ser tratada tanto no Plano da Cultura quanto no da Educação e ressaltou a
221 valorização do CONSEC pelos membros da Comissão de Cultura. Paulo Moraes propôs que a
222 pauta do CONSEC seja colada à pauta da Assembleia e que o objetivo das discussões em 2015
223 deva ser o Plano Estadual de Cultura e o PPAG. Paulo disse ser contra retirar do Plano questões
224 como a vinculação de receita ao Fundo Estadual de Cultura, pediu que a secretaria executiva do
225 Conselho se mantenha a par do calendário das discussões da ALMG e o repasse aos conselheiros e,
226 por fim, destacou a importância da participação dos conselheiros que representam o Poder Público
227 nas reuniões do CONSEC. Sula Mavrudis solicitou o encaminhamento aos conselheiros de um
228 relatório contendo as recomendações apontadas nos pareceres elaborados a partir do Plano e
229 ressaltou que não deve ser desconsiderado o trabalho da Comissão que elaborou o projeto,
230 solicitando que o documento seja repassado aos participantes das reuniões organizadas pela
231 Assembleia, para que os mesmos tenham conhecimento do que foi produzido até então. A
232 conselheira ressaltou ainda, uma preocupação com a descaracterização do trabalho e apontou que o
233 Fórum Técnico não deva substituir a Conferência. Mavrudis sugeriu que a SEC, nos moldes do
234 MINC, possua uma área específica de articulação, destinada a realizar contato com os diversos
235 agentes envolvidos na área cultural. Sula destacou as dificuldades enfrentadas para a sobrevivência
236 dos circos em Minas Gerais e pediu que o Deputado e os demais representantes da Assembleia
237 dêem atenção a estas questões. Frederico Furtado levantou a necessidade de se utilizarem os
238 indicadores culturais disponíveis, levantados via Fundação João Pinheiro (FJP) e Ministério da
239 Cultura (MINC), para que seja feita a defesa da vinculação de recursos do orçamento ao Fundo.
240 Segundo Frederico, uma vez que o Plano esteja sedimentado, a articulação com os demais atores
241 governamentais se torna mais fluída. Furtado concordou com a proposta de Paulo de se relacionar
242 as pautas do CONSEC e da ALMG, mas disse discordar da sugestão de esvaziamento das
243 Reuniões Extraordinária do Conselho, além da substituição da Conferência. Hugo, consultor da
244 Assembleia Legislativa, destacou os esforços da ALMG no sentido de incorporar, desde a
245 Constituição de 1988, a participação efetiva da sociedade civil. O consultor citou que é
246 fundamental a presença do Conselho e da Secretaria de Estado de Cultura nas discussões do Fórum
247 Técnico, ressaltando que todos os aspectos do Fórum, especialmente as decisões, são coletivas.
248 Hugo esclareceu também a metodologia de organização dos encontros. Magdalena ressaltou que há
249 um desconhecimento da sociedade civil em relação ao Plano e defendeu que o Conselho deva ser
250 um difusor deste documento. Antônio Carlos Ferreira reforçou que devam ser difundidas as
251 discussões e deliberações realizadas no âmbito do CONSEC, além do PEC. Bernardo lembrou que
252 os assuntos da profissionalização da cultura e da educação patrimonial já estão contemplados no
253 Plano, mas que diante das questões levantadas em plenária, devem ser revistas e rediscutidas no
254 momento do Fórum Técnico. O Secretário Adjunto apresentou a proposta da Secretaria de Cultura

255 de seguir a pauta federal da Conferência Nacional de Cultura, prevista para 2017 e que em 2015
256 seja realizado apenas o Fórum Técnico, que pode suprir neste momento a necessidade de
257 participação nas decisões de política cultural. A palavra foi passada ao Deputado Bosco, para que o
258 mesmo encerrasse a reunião da manhã do dia 20. O Deputado garantiu que o trâmite do Plano na
259 ALMG não enfrentará concorrência, ressaltando que o papel do Fórum Técnico é consolidar o
260 trabalho de elaboração do projeto. O Presidente da Comissão de Cultura esclareceu, destacando a
261 metodologia apresentada pelo consultor Hugo, que a participação da sociedade civil se dará de
262 forma efetiva durante a realização destes Fóruns e que a questão da educação patrimonial deve ser
263 melhor tratada, garantindo a realização de Audiências Públicas para que sejam tratados este e
264 outros assuntos específicos. Bosco sugeriu a criação de mecanismos na SEC com o objetivo de
265 estimular as discussões sobre a cultura na esfera municipal e, por fim, encerrou a sua fala.

266 Bernardo Novais iniciou a reunião no período da tarde questionando aos presentes se havia alguma
267 discordância em relação à proposta de adequação do calendário da Conferência Estadual de
268 Cultura ao do Governo Federal e que, em 2015 os esforços se concentrem na realização do Fórum
269 Técnico. Não houve objeções e deu-se prosseguimento à pauta. Distribuiu-se uma lista para que os
270 conselheiros pudessem se inscrever nas Câmaras Temáticas de interesse e em seguida, realizou-se
271 a leitura do artigo do Regimento Interno do CONSEC que rege o seu funcionamento. Foram
272 apresentados dois projetos de lei que estão em tramitação da ALMG e solicitou-se aos membros do
273 Conselho a elaboração de pareceres acerca dos temas. O segundo ponto de pauta da tarde do dia 20
274 foi a eleição do vice-presidente do CONSEC. Maria Andrada comentou que, tendo em vista o
275 caráter democrático do Conselho e o fato de o mesmo ser presidido por um membro da SEC, o
276 vice-presidente deveria ser um representante da sociedade civil. Aníbal indicou Rubem Reis para
277 ocupar o cargo, tendo a sua indicação aceita por aclamação. O Secretário Adjunto, no papel de
278 presidente do Conselho declarou Rubem Reis eleito por aclamação vice-presidente do CONSEC
279 em 2015. Márcia Betânia citou, sobre as Câmaras Temáticas, que as questões de representação dos
280 segmentos culturais e do processo eleitoral não estão enquadradas em nenhum dos temas
281 existentes, solicitando a formação de um grupo de trabalho para aperfeiçoar estes assuntos.
282 Bernardo Novais ressaltou que as regras de eleição devem ser submetidas ao plenário e se
283 posicionou favoravelmente em relação à criação do grupo de trabalho, ressaltando que as eleições
284 só ocorrem em setembro de 2016 e que, portanto, tal assunto pode ser pensado com calma. Paulo
285 Morais concordou com Bernardo a respeito do momento ainda não ser oportuno para abordar tal
286 tema, sugerindo aos conselheiros que levantem propostas que embasem a formação e as discussões
287 deste grupo de trabalho. Rubem pediu que fosse analisada a proposta de alteração no Regimento
288 Interno que aborda a questão da eleição. Bernardo propôs que o grupo de trabalho fosse formado
289 na próxima reunião, se comprometendo a apresentar uma proposta para a organização do processo
290 eleitoral e colocou em votação o calendário de reuniões de 2015. A eleição da coordenação das
291 Câmaras Temáticas ficou para ser realizada pela internet. Aníbal sugeriu a realização de uma
292 Reunião Extraordinária para trabalho de todas as Câmaras Temáticas, apontando as dificuldades
293 enfrentadas para a reunião destas Câmaras, além de sugerir que as Reuniões Ordinárias fossem
294 realizadas no dia 22 de cada mês, aspecto que não pôde ser contemplado, vez que o Regimento
295 Interno estabelece que as reuniões devam ocorrer na primeira quinzena de cada mês. Bernardo
296 disse que não acredita ser necessária a convocação de uma reunião para a organização das Câmaras
297 Temáticas, sugerindo que as Reuniões Ordinárias sejam realizadas em dois dias, de forma a
298 atender às demandas de pauta. Foi realizada a leitura da composição das Câmaras Temáticas e
299 retornou-se às discussões sobre o calendário de reuniões. Paulo Morais sugeriu que, diante do fato
300 de as reuniões da Comissão de Cultura da ALMG serem realizadas nas quartas-feiras à tarde; as
301 Reuniões Ordinárias devam ser realizadas em dois dias, agendando-se a plenária para terça-feira e
302 a reunião das Câmaras Temáticas para quarta de manhã. Desta forma, a participação nos encontros
303 da Assembleia seria facilitada. Tarcísio também concordou com a proposta de a reunião ocorrer
304 em dois dias. Sula disse que vê de maneira muito favorável a data da reunião do CONSEC
305 coincidir com a reunião na ALMG e que tal fato possibilita a presença dos conselheiros nestes

306 encontros. A proposta de calendário foi colocada em votação e, não havendo objeções, foi
307 aprovada. Em seguida, houve uma breve fala do Deputado e membro suplente da Comissão de
308 Cultura da Assembleia. O Secretário de Estado de Cultura, Angelo Oswald ressaltou que o papel
309 do Conselho é conciliar os interesse dos agentes públicos e da sociedade civil e citou que o
310 Governo possui a expectativa de um excelente entrosamento com o Conselho. Bernardo deu início
311 às discussões sobre o Regimento Interno começando com a leitura dos artigos sobre os quais a
312 Assessoria Jurídica da SEC não fez questionamentos. Apesar de não terem sido questionados,
313 optou-se, em consenso, pela retirada da proposta de alteração do parágrafo único do artigo 26, do
314 inciso XXIV do artigo 19 e do parágrafo 1º do artigo 29 (com supressão da exigência de que a
315 reunião seja realizada na primeira quinzena do mês). Sobre a proposta de alteração do caput do
316 artigo 33, que estabelece que as reuniões itinerantes devam ocorrer no mínimo em cinco das
317 macrorregiões em cada ano, questionou-se a capacidade orçamentária de execução desta proposta.
318 Paulo Morais sugeriu que sejam utilizadas as reuniões do Fórum Técnico da ALMG para o
319 atendimento desta proposta. Sula sugeriu a diminuição do número de macrorregiões exigidas, e se
320 posicionou contra a retirada desta exigência. Bernardo solicitou que a análise desta questão fosse
321 adiada e pediu que fosse realizado um estudo acerca do impacto financeiro desta proposta. Tarcísio
322 disse ser contra a realização destas reuniões em conjunto com as realizadas pela Assembleia, o que
323 pode gerar um esvaziamento das pautas do CONSEC. Aníbal sugeriu que, diante da proposta do
324 Governo de interiorização, deva ser mantida a redação original o artigo 33 e que, em momento
325 oportuno, tal redação seja alterada. Márcia ressaltou a necessidade de elaboração de um Plano de
326 Trabalho estratégico, que deve pautar as ações do Conselho em 2015. Optou-se por manter a
327 redação original do caput do artigo 33. Em relação à proposta de alteração do parágrafo 7 do artigo
328 33, que estabelece quórum mínimo para a realização das reuniões itinerantes, Sula considerou que
329 tal critério possa inviabilizar a realização de algumas reuniões. Aníbal disse que se a reunião for
330 considerada em seu caráter expandido, o número de cinco conselheiros pode ser considerado
331 baixo. No entanto, caso o objetivo da reunião seja apenas a realização de audiências oitivas, o
332 número é suficiente. Aníbal disse considerar pertinente a manutenção da exigência da presença de
333 5 conselheiros, com o objetivo de valorizar a realização das reuniões. Bernardo citou que as
334 reuniões itinerantes não possuem poder deliberativo, o que pode justificar a existência de quórum
335 mínimo de 5 conselheiros. Sula sugeriu o aumento do número de conselheiros do poder público.
336 Bernardo disse considerar pertinente a exigência de presença de 1 membro do Poder Público, além
337 do Presidente. Mário disse que, diante da dificuldade de se atingir um número considerável de
338 conselheiros que possuem disponibilidade para participar das reuniões itinerantes, deve-se
339 desconsiderar a exigência de quórum mínimo, o que pode inviabilizar a realização das reuniões.
340 Eduardo observou a dificuldade enfrentada pelos membros do Poder Público de participar de todas
341 as reuniões em função das suas agendas. Bernardo perguntou se é suficiente a emenda proposta por
342 Aníbal, que estabelece ser suficiente o acréscimo de um membro do poder público, além do
343 Presidente, proposta aprovada. Iniciou-se a apresentação das propostas questionadas pela
344 Assessoria Jurídica (AJUR). Em relação à inclusão do parágrafo 1º e dos incisos I e II do artigo 12,
345 que estabelece os procedimentos de concessão de diárias aos conselheiros residentes e aos não
346 residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi dito que a AJUR considerou a inserção
347 de tal dispositivo inviável por estar em discordância com o Decreto 45.618, que estabelece estes
348 procedimentos. Aníbal disse que é necessário que a SEC se comprometa a minimizar o impacto
349 financeiro da participação nas reuniões do CONSEC. Mário pediu para a SEC verificar se é
350 possível o pagamento de um almoço coletivo, de forma a viabilizar a presença dos conselheiros.
351 Bernardo se comprometeu a estudar a forma de minimizar este impacto financeiro, decidindo-se
352 pela manutenção do texto original. Sobre o parágrafo 5º do artigo 33, decidiu-se pela supressão do
353 mesmo, tendo em vista que não é necessária a participação do suplente nos casos em que o titular
354 se faça presente. A proposta de alteração do caput do artigo 18 também acabou suprimida, visto
355 que a substituição do Presidente pelo Secretário Adjunto está prevista na Lei Delegada. O inciso
356 III do artigo 18 também teve a redação original mantida. Em relação a este aspecto, Eduardo

357 ressaltou que o voto de qualidade é competência inerente ao Presidente. As inclusões do inciso
358 XXV e do parágrafo único do artigo 33, sofreram alterações com o objetivo de esclarecer que
359 serão custeadas apenas as despesas dos membros do CONSEC em representação oficial no
360 ConECta. Retirou-se também o inciso III do artigo 25, vez que tal proposta vai de encontro às
361 competências estabelecidas na Lei Delegada e alterou-se a redação do inciso VII do mesmo artigo,
362 a fim de ressaltar que serão custeadas as despesas para deslocamento dos membros titulares da
363 Câmara Regional Consultiva que sejam convocados pela Secretaria de Estado de Cultura para
364 atender ao interesse público. O parágrafo 5º do artigo 33, inserido na proposta de alteração do
365 Regimento Interno, também sofreu alterações. Decidiu-se por esclarecer que serão custeadas
366 apenas as despesas dos conselheiros convocados, no caso os titulares ou suplentes em substituição
367 aos mesmos. Sobre a questão citada no parágrafo 6º do referido artigo, que aborda a
368 disponibilização de passagens aéreas para deslocamentos superiores a 200 km, solicitou-se
369 consulta ao Decreto para verificar a viabilidade de tal proposta. A resposta referente a tal inserção
370 deve ser apresentada na próxima reunião. Por fim, resolveu-se pela supressão do artigo 36, que
371 pretendia o estabelecimento de um prazo para a realização de alterações e revisões no Regimento
372 Interno. Ao fim da discussão, Bernardo Novais fez algumas considerações acerca dos assuntos
373 discutidos nos dois dias de reunião e Aníbal sugeriu a criação de um grupo para elencar os pontos
374 que têm sido discutidos e as proposições de mudança da Lei Estadual do Sistema de Cultura. Paulo
375 Moraes cobrou uma resposta da Secretaria à carta dos Pontos de Cultura. Bernardo se
376 comprometeu a apresentar na próxima reunião, além da minuta da proposta das regras de eleição,
377 todas as propostas que existem que visam modificar o funcionamento do Conselho. O Secretário
378 Adjunto agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407